

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO N.º 69/2020

Unidade: Reitoria

Publicado em 26 de agosto de 2020



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação: Milton Ribeiro

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Reitora do IFRR: Sandra Mara de Paula Dias Botelho

Pró-Reitora de Administração: Regina Ferreira Lopes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Diogo Saul Silva Santos

Pró-Reitora de Ensino: Sandra Grützmacher

Pró-Reitor de Extensão: Nadson Castro dos Reis

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Fabiana Letícia Sbaraini

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Eliezer Nunes Silva

Diretor-Geral do *Campus* Amajari: George Sterfson Barros

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Maria Aparecida Alves de Medeiros

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Leila Ghedin

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria

Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- **Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.**

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- **Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.**

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- **Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.**

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

PORTARIA N.º 21/2020 - CONSUP/IFRR, de 19/08/2020.....	5
RESOLUÇÃO N.º 521/2020 - CONSUP/IFRR, de 21/08/2020.....	6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

PORTARIA 21/2020 - CONSUP/IFRR, de 19/08/2020

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria n.º 648/2020-GAB/REITORIA/IFRR, de 16/6/2020, resolve:

Art. 1.º Autorizar o afastamento, a pedido, do conselheiro **ELIAS FREITAS DOS SANTOS**, de 14 de agosto de 2020 até a homologação do resultado das Eleições Municipais de 2020, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FABIANA LETICIA SBARAINI
Presidente CONSUP em exercício
Portaria 648/2020-GAB/REITORIA/IFRR

Documento assinado eletronicamente por:

- Fabiana Leticia Sbaraini, PRO-REITOR - CD2 - PROPESQ, em 19/08/2020 20:42:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/08/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 39776

Código de Autenticação: 7379a0cb04





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , None
www.ifrr.edu.br

Resolução 521/2020 - CONSUP/IFRR, de 21 de agosto de 2020.

RETIFICA A RESOLUÇÃO 506/2020/CONSUP QUE APROVA AD REFERENDUM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA-FIC DE AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

A Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa constante no processo n.º 23254.000064.2020-86,

RESOLVE:

Art. 1.º Retificar a Resolução 506/2020/CONSUP, de 26 de junho de 2020, que aprovou, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Proteção Social Básica em Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução:

ONDE SE LÊ: Trabalhos com grupos e Redes Sociais.

LEIA-SE: Trabalhos com mídias e Redes Sociais.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 21 de agosto de 2020.

FABIANA LETICIA SBARAINI
Presidente CONSUP em exercício
Portaria 648/2020-GAB/REITORIA/IFRR

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fabiana Leticia Sbaraini, PRO-REITOR - CD2 - PROPESQ**, em 21/08/2020 12:11:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/08/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 40116

Código de Autenticação: 9012dcd620



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Projeto Pedagógico de Formação Inicial e Continuada Agente de Proteção Social Básica

Modalidade a Distância

**Amajari-RR
2020**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Ediléia Sousa Araújo
Ana Maria Alves de Souza
Edivânia de Oliveira Santana
Francisco do Nascimento Moura
Rafael Pereira Barros
Luciana da Silva Barros
Maria Aparecida Xavier Silva
Pierlangela Nascimento da Cunha

Portaria nº 168/2020-GAB/DG/CAM/REITORIA/IFRR de 12/05/2020.

Sumário

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
2. APRESENTAÇÃO	5
3. JUSTIFICATIVA	5
4. OBJETIVO GERAL	6
4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
5. PÚBLICO ALVO	7
6. REQUISITOS E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO	7
7. METODOLOGIA	7
8. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	8
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	8
9.1. MATRIZ CURRICULAR.....	9
9.2 EMENTÁRIO.....	10
10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	17
11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	19
12. PESSOAL DOCENTE ENVOLVIDO NO CURSO.....	19
13. CERTIFICADOS	20
14.REFERÊNCIAS.....	20

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11, Bairro Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.301- 090
Telefone	
Diretor/Coordenador (a) de Extensão nos <i>Campus</i>	Rafael Pereira Barros
Coordenador (a) do Projeto	Ediléia Sousa Araújo
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus*

CNPJ	10.839.508/0004-84
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – <i>Campus</i> Amajari
Endereço	Rodovia Antônio Menezes da Silva, Km 03
Cidade/UF/CEP	Amajari/RR/CEP 69.343-000
Telefone	(95) 3593-1143 e (95) 3593-1119
Site de Instituição	http://www.amajari.ifrr.edu.br/

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Agente de Proteção Social Básico
Resolução de aprovação	
Classificação do Curso FIC	Formação Inicial (x) Formação Continuada ()
PROEJAFIC 200h (FIC)	PROEJA Ensino Fundamental () PROEJA Ensino Médio ()

Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária Total	240 horas
Número de Vagas por Turma	40 alunos em cada polo (Pacaraima, Uiramutã e Rorainópolis) e 80 Boa Vista
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) Completo
Data Início e Término	08/06/2020 a 28/08/2020
Dias da semana	Segunda a Sexta
Horário	Matutino/Vespertino/Noturno
Forma de Ingresso	Processo seletivo conforme requisitos estabelecidos pelo edital
Turno	Matutino/Vespertino/Noturno
Modalidade da Oferta	Distância
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	100% EaD

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) *Campus Amajari* apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e continuada (FIC) em Agente de Proteção Social Básica, na modalidade Educação a distância (EAD), com carga horária total de 240 horas.

O presente Projeto Pedagógico tem uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitadas na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a Educação Profissional brasileira, mais especificamente a que se refere à formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Este projeto está norteado pelos quatro pilares da Educação para o século XXI: Aprender a Conhecer, Aprender a Conviver, Aprender a Ser e Aprender a Fazer, na busca

de ser instrumento de promoção de competências necessárias para a formação técnica e humana visando neste sentido beneficiar jovens e adultos que atendam requisitos estabelecidos neste documento.

3. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus* Amajari (IFRR/CAM) está localizado, no município de Amajari que fica à 156 km da capital, Boa Vista, Estado de Roraima. O município possui percentual elevado de extrema pobreza, com dificuldades estruturais, econômicas e sociais.

Diante disso e levando em consideração o contexto atual, faz - se necessário ações de intervenção em favor da comunidade, promovendo a qualificação, requalificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação profissional. Desta forma o curso de formação inicial e continuada FIC, Agente de Proteção Social Básica, buscará atender as demandas sócios-educacionais e possibilitar, aos jovens e adultos que participarem do curso, a realização de ações de prevenção de situações de risco e vulnerabilidade Social.

Face às considerações, o Plano de ação para oferta do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus* Amajari, está sendo elaborado em consonância com a Resolução Nº 471 do Conselho Superior, que regulamenta as normas para o desenvolvimento de cursos FIC pelo IFRR. Sendo este documento, fundamentado nas bases legais, nos princípios norteadores e níveis de ensino explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, bem como, no Decreto 5.154/2004, Resolução CNE/CEB no 1/2004, nos Referenciais Curriculares e demais resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do sistema educacional brasileiro e na legislação brasileira.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

Promover a formação inicial e continuada no curso em Agente de Proteção Social Básica com foco em ações preventivas preparando-os para atuar no âmbito dos programas e projetos de assistência social, que vise à prevenção de situações de risco social e pessoal de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ameaças e risco de violência.

4.2 Objetivos Específicos

- Capacitar profissionais para atuação e intervenção em situações de vulnerabilidade social;
- Despertar no estudante e futuro egresso a busca de seus direitos sociais para atuar na assistência social e no desenvolvimento de projetos de acolhimento;
- Executar ações de acolhimento, junto a indivíduos em situação de vulnerabilidade social
- Proporcionar nos alunos melhor atuação na assistência social, oportunizando resultados efetivos e sustentáveis;

5. PÚBLICO-ALVO

Para ingresso no curso de qualificação em Agente de Proteção Social Básica o candidato deverá ter concluído o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) – Completo, podendo ser estudantes e servidores do IFRR, e candidatos da comunidade externa.

6. REQUISITOS E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

A admissão no curso dar-se-á por meio de edital de processo seletivo público, classificatório e não eliminatório aberto à comunidade, conforme define a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019. Poderá participar no processo seletivo candidato com idade a partir dos 18 anos (dezoito) e o ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) completo.

7. METODOLOGIA

O curso FIC, Agente de Proteção Social Básica, será ofertado 100% on-line na modalidade de Educação a Distância, e, portanto, nesse aspecto, seguirá o disposto no Decreto 9.057/2017, que trata da educação à distância no âmbito da educação nacional. Para tanto, o curso utilizará de Tecnologias da Informação e Comunicação para seu desenvolvimento, sendo que todo o curso será à distância

A principal ferramenta para a oferta do curso, nos termos expostos acima, é o Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE, o qual já tem sido utilizado por esta Instituição de Ensino. Nesse ambiente, ocorrerão todas as atividades pedagógicas previstas para curso.

O desenvolvimento do Curso FIC será baseado, em aulas expositiva dialogada,

reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, visando participação do estudante no processo ensino-aprendizagem. Logo, a fim de permitir o desenvolvimento das competências e habilidades, os docentes poderão utilizar da combinação de várias estratégias didático-pedagógicas, conforme preconiza a Organização Didática em vigor (IFRR, 2018), entre as quais:

- I. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);
- II. Resumos;
- III. Lista de discussão por meios informatizados;
- IV. Filmes;
- V. Uso de tecnologias de informática;
- VI. Solução de problemas;
- VII. Resolução de exercícios;
- VIII. Discussões e debates;
- IX. Pesquisa direcionada;

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino a ser entregue por cada docente, de forma que o processo de ensino favoreçam o conhecimento obtido de forma individual e em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Considerando que todo indivíduo possui experiências constituídas por meio das diversas vivências em sociedade, é importante que os docentes conheçam os saberes e as habilidades que os estudantes desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano.

8. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Obter conhecimento de legislação pertinente aos Direitos Sociais e dos serviços prestação de proteção social básica e especial vinculados à política de assistência social no Brasil.

Realizar ações de prevenção de situações de risco social e pessoal de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ameaças e risco de violência em programas e projetos de assistência social. Aborda, sensibiliza e identifica necessidades e demandas. Desenvolve atividades e tratamento.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O desafio de formar profissionais competentes com foco na cidadania, na humanização dos sujeitos e formação técnica e científica requer como fundamento uma concepção de ensino que privilegie o (re)conhecimento da realidade, a análise reflexiva sobre essa realidade para, a partir daí, agir para transformá-la ou indicar caminhos para a superação das dificuldades.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o currículo contemple não apenas a formação em termos do saber acadêmico em si mesmo, mas que também seja pautado na perspectiva da formação do estudante como sujeito social, que busca compreender criticamente o mundo e o lugar onde vive como realidades inseparáveis.

Tendo em vista essas premissas, o currículo foi elaborado contemplando as competências profissionais fundamentais da habilitação, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o estudante e o professor a vivenciarem o processo de ação-reflexão-ação, a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade.

Para tanto, a abordagem dos conhecimentos privilegia os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, agregando competências relacionadas com as novas tecnologias, trabalho individual e em equipe e autonomia para enfrentar diferentes desafios do mundo do trabalho com criatividade e flexibilidade.

O pleno desenvolvimento dessa proposição supõe a materialização de tais princípios na organização curricular do curso, conforme descrito a seguir.

A organização curricular do curso observará as determinações legais presentes na Lei Federal 9.394/96 e no Decreto Federal nº 5.154/2004. Também será pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Profissional.

9.1. Matriz Curricular

Quadro 01: Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Informática Básica e Ambientação em AVA	30h
Ética e Cidadania	30h
Noções de Saúde e Segurança no Trabalho	15h
Direitos Sociais e legislação na política de Assistência Social	30h
Políticas Públicas de Assistência Social	30h
Noções de empreendedorismo, cooperativismo, associativismo e economia solidária	30h
Direitos e Deveres do Trabalhador	15h
Educação Sócio-Ambiental e Sustentabilidade	15h
Trabalhos com mídias e Redes Sociais	15h
Proteção Social Básica	30h
Total da carga horária dos Componentes Curriculares	240h

9.2 Ementário:

Componente Curricular: Informática Básica e Ambientação em AVA	Carga Horária: 30h
Ementa: Conhecer noções básicas de operacionalização de um microcomputador e seus periféricos. softwares de Elaboração de Texto, de Planilha Eletrônica, Navegação Internet acessar e envio e-mail, pesquisa e armazenamento de informações de modo geral analisando e explorando sua funcionalidades e direcionando-as às atividades estudantis e profissionais. Gravar os dados em mídia pen-drive, CD/DVD anexar e enviar pelo e-mail e atividade de envio de arquivo, saber acessar e navegar na internet como suporte para suas ações e auxiliar no estudo e execução das atividades do curso e exercício de suas atribuições. Oferecer subsídios teóricos e instrumentalização das ferramentas para realização das atividades virtuais. Acesso e envio de mensagem. Envio de Mensagem no Fórum. Resposta a questionários. Envio de Texto on-line. Envio de Arquivo único. Acesso e envio de mensagens e resposta e e-mail. Respostas a jogos. Edição de Glossário. Verificação de notas. Funcionalidades acesso e participação em orientações pelo google meet. Acesso ao SUAP. Registro de chamados. Extração de documentos no SUAP. Visando que os estudantes aprendam e se tornem autônomos a utilização dos ambientes de trabalho virtuais Moodle e SUAP. Desenvolver a autonomia e capacidade de trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento. Realizar o planejamento de estudo individual. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação	

<p>Bibliografia Básica:</p> <p>LIMA, A. A. Fundamentos e Práticas na EaD. Cuiabá-MT. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012. 62p.</p> <p>MAIA, C.; MATTAR, J. ABC da EaD: a educação a distância hoje. SP: Makron Books, 2007.</p> <p>WAGNER, R. Ambientação em educação a distância. Alegrete-RS. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Farroupilha, 2012. 67 p</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CAMPOS, F. C. A. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.</p> <p>NORTON, P. Introdução a informática. São Paulo: Pearson Makron Books. 1996.</p> <p>MARÇULA, M.; FILHO, P.A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Erica, 2005.</p> <p>TORI, R. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora SENAC. 2010.</p> <p>ROSINI, A. M. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. São Paulo. Thomson Learning. 2007.</p>

Componente Curricular: Ética e Cidadania	Carga Horária: 30h
<p>Ementa: Ética e moral: definição, campo, objetivo e seus intérpretes; Cidadania: conceito, bases históricas e questões ideológicas O Ética e cidadania no mundo do trabalho. Ética profissional. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Relações étnico-raciais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>SOUZA, M. A. de. C.; Lucia C. (Orgs.). Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.</p> <p>MELLO, L. M. Ética nos negócios. Ed. rev. Curitiba-PR: IESDE, 2012. CERQUIER-MANZINI, M. de. L. O que é cidadania. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. p.108. (Coleção primeiros Passos; 50)</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>SOUZA, M. A. de. C.; Lucia C. (Orgs.). Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.</p> <p>MELLO, L. M. Ética nos negócios. Ed. rev. Curitiba-PR: IESDE, 2012. CERQUIER-MANZINI, M. de. L. O que é cidadania. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. p.108. (Coleção primeiros Passos; 50)</p>	

Componente Curricular: Noções Saúde e Segurança no Trabalho	Carga Horária: 15h
--	--------------------

<p>Ementa: Saúde do trabalhador. Riscos Ambientais. Acidentes no trabalho e doenças profissionais.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BARBOSA FILHO, A.N. Segurança do trabalho e gestão ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 214 p.</p> <p>FERRARI, M. Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho. Salvador: JusPodivm, 2010. 400 p.</p> <p>GONÇALVES, E.A. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTR, 2000.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BEBBER, J.C. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 238p.</p> <p>OLIVEIRA, C. A. D. Segurança e Medicina do Trabalho. Yendis, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, S.G. Proteção jurídica a segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTR, 2002.</p> <p>PIZA, F.T. Informações básicas sobre saúde e segurança no trabalho. São Paulo, 1997.</p> <p>SALIBA, T.M.; PAGANO, S.C.R.S. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. 7ª ed. São Paulo: LTr, 2010, 752 p.</p>

<p>Componente Curricular: Direitos Sociais e legislação na política de Assistência Social</p>	<p>Carga Horária: 30h</p>
<p>Ementa: As instituições de Direito no Brasil. Os direitos sociais nas Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas Municipais. Legislação Social Brasileira e a garantia de direitos sócios assistenciais. A legislação profissional e outras legislações de interesse do Serviço Social. Noções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003; Noções da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro 1988.25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</p> <p>SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A menina LOAS: um processo de construção de assistência social. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência</p>	

doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

CHAVES, Antônio. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 2 ed. São Paulo:Cortez, 2004.

CARBONERA, Silvia Maria. O papel jurídico do afeto nas relações de família. In: Repensando o direito de família. Belo Horizonte: IBDFAM, 1999.

VIEIRA. Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

Componente Curricular: Políticas Públicas de Assistência Social	Carga Horária: 30h
Ementa : Política de Assistência Social sob a orientação do SUAS: Diretrizes da política nacional de assistência social e Eixos Estruturantes da atual Política. Aspectos históricos e teóricos da proteção social no Brasil. A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos Sociais. Funções, Princípios e Garantias da Política Nacional de Assistência Social. Noções da Política Nacional do Idoso. Noções sobre a política de saúde mental. Políticas sociais e o enfoque sociofamiliar.	
Bibliografia Básica:	
BATTINI, Odária (Org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em Debate. São Paulo:Veras, 2007.	
BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.	
Bibliografia Complementar:	
PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.	
FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1980.	
SANTOS WR. Deficiência e BPC: o que muda na vida das pessoas atendidas? Cien Saude Colet 2011; 16(Supl. 1):787-796.	
SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.	
ROMEIRO, Julieta. A institucionalização das políticas de combate à violência conjugal no Brasil: inovações e controvérsias. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.	

Componente Curricular: Noções de empreendedorismo, cooperativismo, associativismo, cooperativismo e economia solidária.	Carga Horária: 30h
<p>Ementa: Características e habilidades empreendedoras e estimular a mobilização destas características. Estudo de Viabilidade. Plano de negócios articulado as potencialidades dos estudantes e as oportunidades locais. Conhecer os fundamentos, princípios e importância socioeconômica do associativismo, cooperativismo e empreendedorismo. Legislação e criação de uma associação e cooperativa. Diferenças entre uma associação e cooperativa. Organização e funcionamento das associações e cooperativas. Tipos e segmentos de associações e cooperativas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BALEM, T. A. – Associativismo e Cooperativismo. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2016. 97p. disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_fruticultura/sexta_etapa/arte_associativismo_cooperativismo</p> <p>BRITO, A. M.; PEREIRA, P. S.; LINARD Â. P.. Empreendedorismo. Juazeiro do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, 2013. 96 p.</p> <p>REIS JÚNIOR, F. N. & ASMAR, R. F. Empreendedorismo & vestuário. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013. 134 p</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ALVES, A. R. Empreendedorismo. Santa Maria – RS. Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011. 108 p.</p> <p>ARANTES, E. C. & HALICKI, Z. Empreendedorismo e Responsabilidade Social. Curitiba: IBPEX, 2011.</p> <p>CHAGAS, J.; FREITAS, H. A Tomada de Decisão Segundo o Comportamento Empreendedor: um survey na região das Missões. Campinas: Enanpad, 2001. Disponível em: http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfreitas/files/artigos/2001/2001_101_Enanpad.pdf>. Acesso em: 13. Maio. 2020.</p> <p>ESCARLATE, L. F. Aprenda a empreender. Brasília: Fundação Roberto Marinho. SEBRAE. 2010. 176P.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2012</p>	

Componente Curricular: Direitos e Deveres do Trabalhador	Carga Horária: 15h
<p>Ementa: Legislação e normas trabalhistas - Noções básicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>OLIVEIRA, O. Reforma trabalhista - CLT e legislação comparadas - Lei 13.467/2017. Atlas. 2 ed. 2018. 336 p.</p> <p>ALCANTARA, S. A. Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas. 3 ed. Intersaberes. 228</p>	

p.

BOMFIN, V. C. Princípios Trabalhistas, Novas Profissões, Globalização da Economia e Flexibilização das Normas Trabalhistas. Impetus. 1Ed. 2010. 232 p.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Direitos e deveres de trabalhadores. Ministério Público do Trabalho. 114 p. Disponível em < http://www.cra-ba.org.br/Adm/FCKimagens/Publica%C3%A7%C3%B5es/CFA_CARTILHA_TRABALHO.pdf > Acesso em 13/05/2020.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO. Cartilha sobre legislação trabalhista. FIRJAN, 2014. 64 p. Disponível em <<https://simperj.simperj.org.br/arquivosSimperj/documentos/convencaoTrabalhista.pdf>> Acesso em 14/05/2020.

ARGOLO, FONSECA E LEAL E ADVOGADOS ASSOCIADOS. Cartilha de direitos trabalhistas. 17 p. Disponível em <<https://afl.adv.br/wp-content/themes/afl/documents/cartilha-direitos-trabalhistas.pdf>> Acesso em: 14/05/2020.

BRASIL. Consolidação das leis de trabalho – CLT. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 189 p.

Componente Curricular: Educação Sócio-Ambiental e Sustentabilidade	Carga Horária: 15h
Ementa: Noções básicas sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6.938 de 31 de agosto de 1981); Conceito de Meio Ambiente, danos causados ao meio ambiente provenientes de esgotamento sanitário; resíduos sólidos, agrotóxicos e metais pesados; Saúde e meio ambiente; Conceito de sustentabilidade.	
Bibliografia Básica:	
BOOF, L. Sustentabilidade: o que é, o que não é. Petrópolis - RJ, Editora Vozes. 2012. 200 p.	
BRASIL. Lei. n. 6.938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm > Acesso em 13/05/2020.	

ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI-CARLOS, V. Meio ambiente e Sustentabilidade. São Paulo, Bookman, 2012. 412 p.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, R.; IBRAHIM, F. P. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. Érica-Saraiva. 2014. 176 p.

SCHALCH, V. LEITE, W.C.A.; CASTRO, M.C.A.A. CÓRDOBA, R. E.; CASTRO, M. A. S. Resíduos sólidos: conceitos, gestão e gerenciamento. LTC Exatas Didático, 2019. 512 p.

TRIGUEIRO, A. Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo. O Globo, 2005. 302 p.

MILLER, G. T- SCOTT, E. Ecologia e Sustentabilidade. Tradução da 6ª ed. Americana. CENGAGE - CTP NACIONAL. 2012. 400 p.

BRASIL. Lei. n. 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 2010; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em 14/05/2020.

Componente Curricular: Trabalho com Mídias e Redes Sociais	Carga Horária: 15h
Ementa: O cenário da comunicação digital na atualidade. Fundamentos das mídias e redes sociais. O profissional de mídias sociais. Consumidor e interatividade. Persuasão e consumo. O consumidor e as empresas nas mídias sociais. Principais mídias sociais e como usá-las. As táticas, tom de linguagem e conteúdo: produção e adequação de conteúdo. Relacionamento com o usuário e gerenciamento de crises.	
Bibliografia Básica:	
Abreu, Cristiano Nabuco de (Org) Et All. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013.	
Ferreira Junior, Achiles Batista. Marketing Digital: Uma análise do mercado 3.0. Curitiba: Intersaberes, 2015.	
SANDMANN, A. J. A linguagem da propaganda. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.	

Bibliografia Complementar:

Bueno, Wilson da Costa Estratégias de comunicação nas mídias sociais - Barueri, SP: Manole, 2015.

Cardoso, André Lima. Planejamento de Marketing Digital. Como posicionar sua empresa em mídias digitais, blogs, aplicativos móveis e sites. São Paulo: Brasport, 2015.

E-book Marketing Digital, SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/Arquivos-Gratuitos/Ebook-Marketing-Digital>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

Marketing de Conteúdo, Rafael Rez. Disponível em: <http://www.marketingdeconteudo.com.br/marketing-de-conteudo/guia-completo-de-ferramentas-de-marketing-de-conteudo>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

Martino, Luís M.S. **Teoria das mídias digitais** 1ª Ed. Vozes 2014.

Componente Curricular: Proteção Social Básica

Carga Horária: 30h

Ementa: Proteção social básica e especial: pressupostos teóricos. Estruturação dos serviços da proteção social básica e especial. Organização do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Bolsa Família: identificação, recadastramento e acompanhamento das famílias beneficiadas. Intersetorialidade. Índice de Gestão Descentralizada –IGD. Programas de Renda Mínima. Conceito e aspectos históricos da constituição das famílias. Os novos movimentos e arranjos familiares. O trabalho com família no SUAS. Caracterização de riscos sociais e perda de direitos que definem público alvo da proteção social especial. Serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (Paefi). Serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e sua família. Serviço de acolhimento em famílias acolhedoras, abrigo institucional, casa lar, casa de passagem, residência inclusiva. Serviços especializados de atendimento à mulher.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social. São Paulo: Neca, 2010.

SILVA, Maria Ozanira (Org). A política social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:

CLETO, Mirna. COVOLAN, Nadia. SIGNORELLI, Marcos Claudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. Saúde e Sociedade Out 2019, Volume 28 nº 3. p. 157 – 170.

MACHADO, Martha Toledo. A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Manole, 2001.

MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. Revista Katálysis. maio, 2019. volume 22 nº 1. p. 57 – 65.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SIMÕES, André. A proteção social na Nova Ordem Econômica Mundial. Sociedade e Estado. Ago 2019, Volume 34 nº 2. p.381 – 402.

10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem nos componentes curriculares do curso de Formação Inicial Agente de Proteção Social Básica assumirá as funções diagnóstica, formativa e integradora.

Conforme estabelece a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deverá ocorrer:

- I. No início do curso, de forma diagnóstica, para subsidiar a prática do docente;
- II. Ao longo do curso, de forma a redimensionar a prática do docente e orientar as estratégias de aprendizagem do estudante;
- III. De forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- IV. Por meio da combinação de no mínimo dois e no máximo cinco dos seguintes instrumentos:
 - a) Observação contínua;
 - b) Elaboração de portfólio;
 - c) Trabalhos individuais e/ou coletivos;
 - d) Avaliações escritas;
 - e) Resolução de exercícios;
 - f) Relatórios;
 - g) Provas orais; (IFRR, 2019).

As estratégias e instrumentos de avaliação devem contemplar todas as oportunidades que facilitem ao professor verificar as condições de aprendizagem e

permitam os ajustes necessários à implementação exitosa das oportunidades de aprendizagem.

A avaliação do rendimento do estudante do Curso de Formação Inicial Agente de proteção Social Básica na modalidade da Educação a Distância, do IFRR Campus Amajari abrange os seguintes aspectos:

I. Verificação de frequência;

II. Avaliação da aprendizagem.

§ 1.º Os docentes também levarão em consideração no processo de avaliação da aprendizagem do estudante, além do conhecimento específico, os seguintes aspectos:

I— Comportamento;

II - Assiduidade e pontualidade;

III - Proatividade;

IV - Valores morais e éticos;

V - Espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

No que tange ao controle de frequência, dentro dos critérios para um curso na modalidade à distância, serão exigidos:

- 75% de frequência na participação das atividades propostas na plataforma, que dispõe de mecanismos próprios para registrar as entradas e o cumprimento das atividades feitas pelos alunos, individualmente;
- Participação cooperativa e efetiva nas atividades de discussão no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A utilização do Moodle que é uma ferramenta da Educação a Distância, sendo uma estratégia facilitadora para a avaliação do discente, corresponde a 100% do total da nota. Assim, o professor fará uso, de acordo com seu planejamento e ementa do componente curricular, dos diversos recursos tais como: chat; fóruns de discussão; bate papos; atividades de envio de arquivos; questionários; hipertextos; atividades off-line; on-line; wiki; glossários; sopa de palavras; cruzadinhas; avaliações dentre outras.

Será considerado aprovado por média o discente de obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da

carga horária. Os alunos com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Como se trata de curso com de oferta totalmente on-line, a infraestrutura que a instituição oferece ao curso incluirá espaços e equipamentos para docentes e pessoal técnico-administrativo, para que os objetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso sejam alcançados.

Como principais equipamentos e instalações para o curso podemos citar: salas de aula, laboratórios de informática com acesso à Internet; salas de aula com carteiras para os estudantes; mesa e cadeira para professor; quadro branco, pincel e apagador; recursos audiovisuais de qualidade (projetores multimídia e tela de projeção, notebooks, impressoras com scanner, televisores); banheiros e biblioteca.

12. PESSOAL DOCENTE

O corpo docente do Curso FIC em Agente de proteção Social Básica será composto pelos ocupantes do cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Campus/IFRR com formação pertinente ao curso, apresentados no Quadro 02.

Quadro 02: Pessoal Docente necessário ao funcionamento do curso.

	Descrição	Carga Horária do Componente Curricular	Quantidade
1	Licenciado em Sociologia ou Ciências Sociais ou Sociologia Intercultural com habilitação em Ciências Sociais.	30h	2
2	Graduação Serviço Social	30h	2
3	Graduação em Agronomia ou Zootecnia ou Engenharia de Pesca ou Ciências Agrárias ou Tecnólogo em Aquicultura ou áreas afins	15h	1

4	Graduação ou Tecnólogo em Ciências da Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Sistema de Informação.	30h	1
5	Tecnólogo em Segurança no Trabalho ou Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo	15	1
6	Graduação em Administração ou Contador ou Gestor Público	30h	1
7	Graduação em Direito	30h	2
Total de docentes necessários			10

13. CERTIFICAÇÃO

Após a aprovação e integralização do Curso, será conferido ao egresso o Certificado de Qualificação em Agente de Informações Turísticas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei nº 11.741, de 16/07/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

BRASIL, 2009. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009/2013. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE/SETEC/MEC. Recife.

BRASIL, 2017. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional.

BRASIL. 2010. Organização Acadêmica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE/SETEC/MEC. Recife.

BRASIL, 2012. Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE/SETEC/MEC. Recife.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 671 de 01/08/13. Dispõe sobre o sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente. Brasília, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). Resolução IFRR/CONSUP Nº 139/2013. Aprova o regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC do IFRR. Disponível: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2013/resolucao-no-139-conselho-superior> Acesso em: 13/05/2020.

Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf> acesso em 12/05/2020.

Ministério da Educação (MEC). Guia Pronatec de cursos FIC 4ªed, 2016. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> acesso em 12/05/2020.

Presidência da República sanciona LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB Lei n. 9.394, de 20 dez. Brasília, 1996. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 11/05/2020.

VIEIRA, F.M.S. Considerações teórico-metodológicas para elaboração e realização de cursos virtuais. Disponível: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/642/2005/11/consideracoes_teorico-metodologicas_para_elaboracao_e_realizacao_de_cursos_virtuais_ acesso em 12/05/2020

15. APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste *Campus*, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

PARECER DA DIREÇÃO-GERAL DO *CAMPUS*

Esta Direção-Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura